



Número: **0830208-60.2019.8.18.0140**

Classe: **OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA**

Órgão julgador: **9ª Vara Cível da Comarca de Teresina**

Última distribuição : **17/10/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Seguro, Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
CELSON LUIZ PEREIRA DA SILVA (REQUERENTE)		DANUBIO AUGUSTO MARQUES CARVALHO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REQUERIDO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
9637283	15/05/2020 11:17	Despacho	Despacho
8133170	31/01/2020 11:12	Certidão	Certidão
7044270	05/11/2019 15:53	Petição	Petição
7044277	05/11/2019 15:53	JUNTADA DE DOCUMENTO	Petição
7044282	05/11/2019 15:53	carteira de trabalho	Documentos
6807321	24/10/2019 09:57	Despacho	Despacho
6800075	18/10/2019 16:33	Certidão	Certidão
6784287	17/10/2019 16:58	Documentos	Documentos
6784289	17/10/2019 16:58	04 DOCUM DPVAT	Documentos
6784543	17/10/2019 16:58	05 DOCUM HOSPITALAR 1	Documentos
6784566	17/10/2019 16:58	06 DOCUM HOSPITALAR 2	DOCUMENTO COMPROBATÓRIO
6783553	17/10/2019 16:58	Petição Inicial	Petição Inicial
6783558	17/10/2019 16:58	01 PETIÇÃO INICIAL CELSO-assinado	Petição
6783562	17/10/2019 16:58	02 PROCURAÇÃO	Procuração
6783567	17/10/2019 16:58	03 DOC PESSOAIS	Documentos



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
1ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0830208-60.2019.8.18.0140
CLASSE: OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA (1294)
ASSUNTO(S): [Seguro, Seguro]
REQUERENTE: CELSO LUIZ PEREIRA DA SILVA

REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos em despacho,

Em análise ao pedido de gratuidade da justiça e face a manifestação e documentos (Id's 7044277 e 7044282), convenço-me da verossimilhança do alegado, concedendo, pois, ao requerente os benefícios da gratuidade da justiça, com a assistência gratuita de advogado e isenção das custas e emolumentos judiciais.

Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT, ajuizada por CELSO LUIZ FERREIRA DA SILVA, em desfavor da SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A, qualificados na inicial.

Alega o requerente, em síntese, ter sofrido acidente de trânsito no dia 28/10/2018, do qual lhe restou incapacidade permanente; que optou pela via administrativa e pleiteou o pagamento do seguro pela seguradora requerida, tendo seu pedido sido negado.

Requerendo ao final a citação da requerida; a realização da audiência conciliatória, os benefícios da justiça gratuita e a procedência da ação.

É o relato. Decido:

Conquanto salutar a medida de conciliação/mediação, prevista no novo Código de Processo Civil, com o fito de evitar a formação e prolongamento do litígio, no entretanto, a experiência constatada em casos tais é que a parte suplicada, SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., não tem se disposto a transigir sem que tenha conhecimento da extensão dos danos sofridos pelo beneficiário do seguro, e como se deve buscar também os princípios da brevidade, eficiência e resultado, e considerando poder o juiz, nos termos do artigo 139, V do CPC, promover a conciliação das partes a qualquer tempo e fase procedimental, hei por bem remeter a fase conciliatória para ocasião, se necessário, da audiência de instrução e julgamento, determinando de logo a realização da perícia médico/legal.

Assim, objetivando a realização da perícia em apreço, nomeio perito o médico ortopedista **Dr. RAIMUNDO NONATO LEAL MARTINS, inscrito no CRM Nº 606PI**, com endereço residencial na Rua Estudante Danilo Romero, 1402, Bairro Horto, CEP: 64.052-510, Teresina-Piauí (E-



mail: rmartinsleal@yahoo.com.br), que deverá ser intimado para cumprir este encargo, podendo realizar a perícia na sala de audiências desta Vara e/ou na sala do IML instalada no subsolo deste Fórum, devendo entregar o laudo no prazo de 10 (dez) dias (artigo 465 do CPC), a contar da data da realização da perícia.

Faça-se saber ao perito supra, que para o cumprimento da medida, o perito deverá informar a este Juízo o local, data e hora da realização da perícia, para o fim de intimação e comparecimento da requerente e ciência dos advogados e assistentes técnicos indicados pelas partes, que, se desejarem, poderão acompanhar a sua materialização (Artigo 474 do CPC). Devendo constar, ainda, as advertências dos artigos 466, 473, 476 e 477 do CPC.

Assim, conforme o convênio nº 69/2015, firmado entre o Tribunal de Justiça do Estado do Piauí e a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT e em face da hipossuficiência financeira da parte autora, os encargos financeiros com a realização da perícia técnica serão suportados pela Requerida, inclusive com o pagamento dos honorários do perito, desde já arbitrados em **R\$ 200,00** (duzentos reais).

Intime-se a suplicada para, em 05 dias, efetuar o depósito judicial relativo à perícia na quantia de **R\$ 200,00** (duzentos reais).

Intimem-se as partes para no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação do despacho de nomeação do perito:

- a) arguir impedimento ou suspeição do perito, se for o caso;
- b) indicar assistente técnico;
- c) apresentar quesitos (se já não os houver apresentado);

Realizado o depósito, oficie-se o perito nomeado para proceder à realização da perícia no prazo de até 30 (trinta) dias, com apresentação do laudo no prazo já especificado em duas vias, observando, para tanto, os quesitos formulados pelas partes.

Concluída a perícia em debate, intimem-se as partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo do perito, podendo, ainda, o assistente técnico das partes apresentar seu parecer.

Cite-se, ainda, a parte requerida para, querendo, apresentar contestação no prazo legal.

Diligências necessárias. Cumpra-se.

TERESINA-PI, 14 de maio de 2020.

Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina







PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DA 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0830208-60.2019.8.18.0140

CLASSE: OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA (1294)

ASSUNTO(S): [Seguro, Seguro]

REQUERENTE: CELSO LUIZ PEREIRA DA SILVA

REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO DE CONCLUSÃO

Certifico para os devidos fins que, a parte autora intimada do despacho, ID 6807321, manifestou-se no prazo legal, petição ID 7044277, como se vê Evento na Aba Expedientes. Certifico, ainda, que faço processo concluso para despacho.

TERESINA-PI, 31 de janeiro de 2020.

MARTA MICHELA TEIXEIRA ARAUJO
Secretaria da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina



Juntada de documentos.





CASTUS ADVOCACIA

Advogados Associados

**EXCELENTÍSSIMA SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE TERESINA-PI**

PROCESSO Nº 0830208-60.2019.8.18.0140

CELSO LUIZ FERREIRA DA SILVA, já qualificado nos autos, por intermediado do seu mandatário **DANÚBIO AUGUSTO MARQUES CARVALHO, OAB/PI: 14.792**, devidamente instruído nos autos da **AÇÃO E COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO S. A.**, vem respeitosamente, requerer a vossa excelência a juntada das cópias da carteira de trabalho solicitados por esse juízo.

Nestes termos,
Pede deferimento.

Teresina – PI, 05 de Novembro de 2019.

DANÚBIO AUGUSTO MARQUES CARVALHO
OAB-PI 14.792

Av. Joaquim Nelson, Ed. Adelaide, nº 3585, Sala 104, CEP 64076-225, Bairro Dirceu, Teresina – Piauí
Fone: (086) 3235-5715



7

Name _____

Dose: 1.1

Norman

Doc

Wolcott R.

Doc.

Est. Civil

Doc: ...

Enl. Civil

Doc

Nacimiento

Doc. 100-100

QUALIFICAÇÃO CIVIL

QUALIFICAÇÃO CIVIL
Celso Luiz Pereira
da Silva

Termina
Piani: 06, 06, 06, 06

Parê. Pimenta da
Silva e Ramundo

GOMES DA SILVA
SALTEIRO 2086

167 ✓ 13-A Rep Civil Mare.

Country	Year	Value
China	1990	1.00
China	1991	1.00
China	1992	1.00
China	1993	1.00
China	1994	1.00
China	1995	1.00
China	1996	1.00
China	1997	1.00
China	1998	1.00
China	1999	1.00
China	2000	1.00
China	2001	1.00
China	2002	1.00
China	2003	1.00
China	2004	1.00
China	2005	1.00
China	2006	1.00
China	2007	1.00
China	2008	1.00
China	2009	1.00
China	2010	1.00
China	2011	1.00
China	2012	1.00
China	2013	1.00
China	2014	1.00
China	2015	1.00
China	2016	1.00
China	2017	1.00
China	2018	1.00
China	2019	1.00
China	2020	1.00
China	2021	1.00
China	2022	1.00
China	2023	1.00
China	2024	1.00
China	2025	1.00
China	2026	1.00
China	2027	1.00
China	2028	1.00
China	2029	1.00
China	2030	1.00
China	2031	1.00
China	2032	1.00
China	2033	1.00
China	2034	1.00
China	2035	1.00
China	2036	1.00
China	2037	1.00
China	2038	1.00
China	2039	1.00
China	2040	1.00
China	2041	1.00
China	2042	1.00
China	2043	1.00
China	2044	1.00
China	2045	1.00
China	2046	1.00
China	2047	1.00
China	2048	1.00
China	2049	1.00
China	2050	1.00
China	2051	1.00
China	2052	1.00
China	2053	1.00
China	2054	1.00
China	2055	1.00
China	2056	1.00
China	2057	1.00
China	2058	1.00
China	2059	1.00
China	2060	1.00
China	2061	1.00
China	2062	1.00
China	2063	1.00
China	2064	1.00
China	2065	1.00
China	2066	1.00
China	2067	1.00
China	2068	1.00
China	2069	1.00
China	2070	1.00
China	2071	1.00
China	2072	1.00
China	2073	1.00
China	2074	1.00
China	2075	1.00
China	2076	1.00
China	2077	1.00
China	2078	1.00
China	2079	1.00
China	2080	1.00
China	2081	1.00
China	2082	1.00
China	2083	1.00
China	2084	1.00
China	2085	1.00
China	2086	1.00
China	2087	1.00
China	2088	1.00
China	2089	1.00
China	2090	1.00
China	2091	1.00
China	2092	1.00
China	2093	1.00
China	2094	1.00
China	2095	1.00
China	2096	1.00
China	2097	1.00
China	2098	1.00
China	2099	1.00
China	2100	1.00
China	2101	1.00
China	2102	1.00
China	2103	1.00
China	2104	1.00
China	2105	1.00
China	2106	1.00
China	2107	1.00
China	2108	1.00
China		

Naturalizado Dec. N.º _____ Em _____

	Km em	1
Chegada ao Brasil em		
Nome do(s) viajante(s)		

16.04.84 DRT Pinner

pleiastoma
Acanthodes, 1868, p. 100, pl. 1, fig. 1.

ESTRANGEIROS

16.04 8V DRT P. 1000

pleiastoma
Acanthodes, 1868, p. 100, pl. 1, fig. 1.



16

CONTRATO DE TRABALHO

05.957.400/0001-03

Empregador: M.Z. OLIVEIRA CASTELO BRANCO

Rua V. Higino Cunha, 1315 B. Ilhotas, Nº

Município: CEP: 64.014-220

Emp. do estabelecimento: PI

Porteiro

C.R.O. nº

Data admitido 01 de abril de 2008

Registro nº

Remuneração especificada R\$ 364,00 (trezentos e sessenta e quatro reais)

M.Z. OLIVEIRA CASTELO BRANCO

Ass. do empregador ou a cargo c/ test.

Maria Zilmir Oliveira Castelo Branco

Titular

1º

2º

05.940.033/0001-35

Empregador: EDIFÍCIO ILHAS DAS CANARIAS

Rua: Av. Rio Poty, 2061- Espl. Florestal

Município: Cep: 64.049-410

Emp. do estabelecimento: TERESINA-PIAUÍ

Porteiro

C.R.O. nº

Data admitido 02 de junho de 2008

Registro nº 18

Remuneração especificada R\$ 440,00 (quatrocentos e quarenta reais) p/mês

CONDOMÍNIO ILHA DAS CANARIAS

Ass. do empregador ou a cargo c/ test.

Kleber Francisco

1º

2º

Data saída 23 de abril de 2014

EDIFÍCIO ILHAS DAS CANARIAS

Ass. do empregador ou a cargo c/ test.

Solange Siqueira

Sindicado(a)

1º

2º



19

CONTRATO DE TRABALHO

Empregador: _____

Rua: _____ Nº: _____

Município: _____ Est.: _____

Esp. do estabelecimento: _____

Cargo: _____

C.B.O. nº: _____

Data admissão: _____ de 19 _____

Registro nº: _____ Fls/Ficha: _____

Remuneração especificada: _____

Ass. do empregador ou a logo c/ test.

1º _____

2º _____

Data saída: _____ de 19 _____

Ass. do empregador ou a logo c/ test.

1º _____

2º _____



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ
1ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA
Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0830208-60.2019.8.18.0140

CLASSE: OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA (1294)

ASSUNTO(S): [Seguro, Seguro]

REQUERENTE: CELSO LUIZ PEREIRA DA SILVA

REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO

Vistos em despacho,

Em análise ao pedido de gratuidade de justiça feito pelo requerente, decido:

Inicialmente, levando-se em conta o caráter tributário das custas processuais, é defeso ao magistrado, sua dispensa de moto próprio.

É verdade que a Lei Estadual 5.526, de 26 de dezembro de 2005, que dispõe sobre Custas Judiciais, Emolumentos, e adota outras providencias, isenta do pagamento de aludidas custas os beneficiários da assistência judiciária, nos termos do art. 6º da aludida lei.

Por seu turno, o art. 1º do Provimento Conjunto 05/2009, do egrégio Tribunal de Justiça do Piauí, estabelece que: “A distribuição de ações não beneficiadas pela assistência judiciária somente ocorrerá mediante a comprovação do recolhimento das custas processuais, através do boleto bancário próprio.”, entendendo-se tais, a princípio, aquelas assistidas pela Defensoria Pública do Estado do Piauí. Conquanto não se desconheça o disposto e o alcance da Lei 1.060/1950, recepcionada pela constituição Federal de 1988, entretanto ha de sua exegese, atentar para o comando constitucional de 1988, que em seu artigo 5º, LXXIV, estabelece:

Art. 5º (...)

LXXIV - O Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recurso.

Conquanto a clara compreensão do comando constitucional, o legislador infraconstitucional editou a Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994, com redação dada pela Lei Complementar nº 132/2009, estabelecendo em seu artigo 4º, parágrafo 5º, in verbis:



Art. 4º (...)

§ 5º A assistência jurídica integral e gratuita custeada ou fornecida pelo Estado será exercida pela Defensoria Pública.

Neste particular, diga-se de passagem, antes mesmo da Constituição Federal de 1988, de maneira vanguardista, já vem o Estado do Piauí, prestando assistência judiciária aos necessitados, através de sua Defensoria Pública, que com o advento da carta magna, editou a Lei Complementar nº 59/2005, que em seu artigo 5º, incisos I e V, estabelece uma de suas funções institucionais:

Art. 5º. (...)

“I – prestar aos necessitados orientação permanente sobre seus direitos e garantias.” (...)

“V – patrocinar ação civil.”

O requerente postula o benefício da justiça gratuita, afirmando não possuir condições financeiras para arcar com as custas processuais, entretanto, não consta dos autos documento que comprove a sua insuficiência econômica.

Desse modo, e não obstante o previsto na aludida lei 1.060, de 05 de fevereiro de 1950, recepcionada pela constituição vigente, onde consta apenas como condição da gratuidade da justiça a simples declaração do requerente, tal, contudo, não pode invalidar o exposto no comando constitucional quanto à necessidade de comprovação de insuficiência de recurso, pois seria a inversão ter o texto maior de adequar-se ao menor e não vice-versa. Pelo que, a insuficiência de recurso deverá mesmo ser comprovada por quem não encontrar-se assistido pela Defensoria Pública.

Neste sentido já se manifestou o Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia:

AGRAVO INTERNO. JUSTIÇA GRATUITA. POSSIBILIDADE ECONÔMICA DA PARTE. FALTA DE COMPROVAÇÃO DA CONDIÇÃO DE POBREZA. INTERPRETAÇÃO CONFORME A CONSTITUIÇÃO. A simples declaração de pobreza para a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita não mais subsiste. Conforme a nova interpretação dada pela Constituição Federal em seu art. 5º, inciso LXXIV, é necessária a prova da impossibilidade de arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e/ou da família do requerente. A ausência de elementos objetivos impossibilita a concessão. Na caso concreto, a parte interessada não se desincumbiu do dever de comprovar a situação de necessidade alegada. Recurso não provido. (Agravo, N. 00027039520128220000, Rel. Des. Raduan Miguel Filho, J. 15/05/2012).

Nesse diapasão, decidiu o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

MANDADO DE SEGURANÇA - PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA - FALTA DE COMPROVAÇÃO DA INSUFICIÊNCIA DOS RECURSOS – IMPOSSIBILIDADE. A assistência gratuita somente será prestada pelo Estado aos que comprovarem a insuficiência de recursos, de modo que não basta a simples declaração de miserabilidade para a concessão da benesse. RECURSO IMPROVIDO. (TJSP. Mandado de Segurança n. 0095851-86.2011.8.26.0000. Rel. Des. Carlos Giarusso Santos. J. 30/06/2011).

Desta forma, por entender que a decisão de deferimento de gratuidade da justiça não deve ser tomada de modo automático, mas avaliando comedidamente as provas presentes nos autos do processo e apresentando a respectiva fundamentação, determino a intimação da parte requerente para juntada de documentos que comprovem



sua hipossuficiência financeira, tais como: contracheque, declaração de imposto de renda e/ou carteira de trabalho, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento do pedido.

Intime-se a parte autora na pessoa de seu advogado.

Diligências necessárias. Cumpra-se.

TERESINA-PI, 21 de outubro de 2019.

Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PIAUÍ

GABINETE DA 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina DA COMARCA DE TERESINA

Praça Edgard Nogueira, Cabral, TERESINA - PI - CEP: 64000-830

PROCESSO Nº: 0830208-60.2019.8.18.0140

CLASSE: OUTROS PROCEDIMENTOS DE JURISDIÇÃO VOLUNTÁRIA (1294)

ASSUNTO(S): [Seguro, Seguro]

REQUERENTE: CELSO LUIZ PEREIRA DA SILVA

REQUERIDO: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO DE CONCLUSÃO

Certifico que, nesta data, realizei a triagem e constatei a regularidade da representação, bem como que a parte requereu os benefícios da justiça gratuita. Certifico, ainda, que faço conclusão para despacho inicial.

TERESINA-PI, 18 de outubro de 2019.

KASSIO LEAL PARAIBA

Secretaria da 9ª Vara Cível da Comarca de Teresina



Assinado eletronicamente por: KASSIO LEAL PARAIBA - 18/10/2019 16:33:22

<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19101816332257900000006500997>

Número do documento: 19101816332257900000006500997

DOCUMENTOS HOSPITALARES



PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

Nº do sinistro ou ASL: _____ CPF da vítima: 286.647.953-04 Nome completo da vítima: CELSO LUIZ PEREIRA DA SILVA

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

Nome completo: CELSO LUIZ PEREIRA DA SILVA CPF: 286.647.953-04
Profissão: MOTOTAXISTA Endereço: RUA DORA OLIVEIRA Número: 598 Complemento: _____
Bairro: MUNTE CASTELO Cidade: TERESINA Estado: PI CEP: 64.016-210
E-mail: _____ Tel.(DDD): 86-9904-2044

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

RENDA MENSAL:
☐ RECUSO INFORMAR ☒ ATÉ R\$1.000,00 ☐ R\$3.001,00 ATÉ R\$5.000,00 ☐ R\$7.001,00 ATÉ R\$10.000,00
☐ SEM RENDA ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$3.000,00 ☐ R\$5.001,00 ATÉ R\$7.000,00 ☐ ACIMA DE R\$10.000,00

DADOS BANCÁRIOS DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO - ASSINALE UMA OPÇÃO DE CONTA

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção)
☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341)
☐ Banco do Brasil (001) ☒ Caixa Econômica Federal (104)
AGÊNCIA: 1606 013 CONTA: 00087671 1
(Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir)
☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)
Nome do BANCO: _____
AGÊNCIA: _____ CONTA: _____
(Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a que eu tiver direito, reconhecendo e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor recebido.

DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

- ☐ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
☒ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Pelo motivo assinalado, solicito o prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando, desde já, em me submeter à avaliação médica às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito, conforme Lei 6.194/74, art. 3º, §1º, declarando que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (no Civil) ☐ Divorciado ☐ Separado Judicialmente ☐ Viúvo Data do óbito da vítima: _____
Grau de Parentesco com a vítima: Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo: _____
Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não Se tinha filhos, informar quantos: Vítima deixou nascituro (vai nascer)? ☐ Sim ☐ Não Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não
Vivos: _____ Falecidos: _____

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte àqueles beneficiários que se apresentarem e provarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de ressarcir o valor recebido, além da responsabilidade criminal por infração do artigo 299 do Código Penal.

Impressão digital da vítima ou beneficiário não alfabetizado
Local e Data: TERESINA 24 DE ABRIL 2019
Nome: CELSO LUIZ PEREIRA DA SILVA
CPF: 286.647.953-04

(*) Assinatura de quem assina A ROGO

Assinatura da vítima/beneficiário (declarante)

Assinatura do Representante Legal (se houver)

Assinatura do Procurador (se houver)

TESTEMUNHAS

1º Nome: _____

CPF: _____

Assinatura

2º Nome: _____

CPF: _____

Assinatura

PJ CORRETORA
DE SEGUROS

24 ABR 2019

DPVAT

(*) A vítima/beneficiário não alfabetizado deverá escolher outra pessoa alfabetizada, maior e capaz, para preencher e assinar o presente formulário, A SEU ROGO, na presença de 2 (duas) testemunhas maiores e capazes, comprometendo-se a dar-lhe ciência do inteiro teor do conteúdo, antes do preenchimento e assinatura.
NECESSÁRIO ANEXAR CÓPIA DA IDENTIDADE, CPF E COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA DE TODOS.

FPS.001 V001/2018



Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal* é obrigatório para os seguintes casos:

Casos com vítima entre 0 a 15 anos – O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

Casos com vítima entre 16 e 17 anos – Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Casos com vítima interditada com curador – Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima <u>CELSON LUIZ PEREIRA DA SILVA</u>	CPF da Vítima <u>286.647.953-04</u>	Data do Acidente <u>28/10/2018</u>
--	--	---------------------------------------

REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA

Nome completo do Representante Legal	CPF do Representante legal
Email	Telefone (DDD)

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

Assinalar uma das opções abaixo:

- ☐ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- ☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☒ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.

TERESINA ZIL de ABIL de 2018
Local e Data



[Assinatura]
Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

[Assinatura]
Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

DALI.001 V001/2017





DPVAT

24 ABR 2019

PJ CORRETORA
DE SEGUROS

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL MINISTÉRIO DAS CIDADES		DETRAN - PI 9020170497596 Nº 013936793840 CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO	
VIA	COD. RENAVAM	RNTRC	EXERCÍCIO
1	379541297		2018
CELSON LUIZ PEREIRA DA SILVA ***** *****		NOME PLACA 28664795304 ODY-9570	
PAS/MOTOCICLO/ENHUIJA ESPECIE TIPO COMBUSTIVEL GASOLINA		ANO FAB. ANO MOD. 2011 2012	
HONDA/CG 125 FAN KS CAP. POT. OIL 002P/124CC		CATEGORIA COR. PREDOMINANTE ALUGUEL AMARELA	
PRÊMIO TARIFÁRIO COTA ÚNICA 1º IFVA 2º 3º PAGO		COTA ÚNICA PARCELAMENTO / COTAS PRÊMIO TOTAL (R\$) 185,50	
SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL OBSERVAÇÕES		DATA 1/4/2019	
A/FID - LUN ADMINISTRADORA DE CONS N NAO VALIDO PARA TRANSFERENCIA		TERESINA LOPES	
DIRETOR GERAL DO DETRAN - PI		DATA 1/4/2019	

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE OU POR SUA CARGA, A PESSOAS TRANSPORTADAS OU MAO - SEGURO DPVAT		PI Nº 013936793840 BILHETE DE SEGURO DPVAT	
ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA www.seguradoralider.com.br SAC DPVAT 0800 022 1204		EXERCÍCIO 2018 DATA EMISSÃO 1/4/2019	
VIA	OPF CNPJ	PLACA	
1	28664795304	ODY-9570	
RENAVAM	MARCA / MODELO		
379541297	HONDA/CG 125 FAN KS		
ANO FAB.	Nº CHASSI		
2011	9C2JC4110CR439985		
PRÊMIO TARIFÁRIO PIS (R\$) 81,28		CUSTO DO SEGURO (R\$) 90,31	
CUSTO DO BILHETE (R\$) 4,15		10% A RESPEITO DO SEGURO PJ 185,50	
PAGAMENTO 0,70		DATA DE QUITAÇÃO 28/03/2019	
COTA ÚNICA PARCELADO		SEGUROADORA LÍDER - DPVAT CNPJ 09.548.009/0001-04	





Estado do Piauí
Prefeitura Municipal de Teresina

REGISTRO DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR
Serviço Móvel de Atendimento de Urgência -SAMU



SAMU
192

Dados do Chamado	01 N° do chamado	02 Data do chamado	03 PRO (código)	04 Saída do PA	05 Chegada ao local
	06 Saída do local	07 Chegada ao 1º hospital	08 Saída do 1º hospital	09 Chegada ao 2º Hospital	
Local da Ocorrência	10 Endereço	11 Bairro			
	12 Município-UF	Código IBGE			
	13 Ponto de referência				
Dados do Paciente	14 Nome	15 Sexo			1 - Masculino 2 - Feminino 9 - Ignorado
	16 Idade	17 Índices de Ingestão de bebida alcoólica?			
Tipo de Ocorrência	18 Tipo de ocorrência				
	01 - Acidente de transporte 02 - Agressão física-espantamento 03 - Agressão física-FAF 04 - Agressão física-FAB 05 - Urgência psiquiátrica 06 - Tentativa de suicídio 07 - Envenenamento 08 - Afogamento 09 - Queimadura 10 - Choque elétrico 11 - Queda 12 - Urgência clínica 13 - Urgência obstétrica 14 - Transferência 15 - Exames complementares 16 - Outros 17 - Já removido 18 - Falso chamado				
Acidente de Transporte	19 Vítima	20 Meio de locomoção	21 Outra parte envolvida		
	22 Equipamentos de segurança				
Exame Físico	23 Glasgow		24 Sinais Vitais		25 Local da lesão
	26 Pupilas				
Assistência	27 Pulso Radial				
	28 Sangramento				
Hospital de Destino	29 ESCALA DE DOR DE 0 A 10				
	30 Fratura				
Observações Interdisciplinar	31 Procedimentos realizados				
	32 Hospital de Destino				
33 Condições de entrada					
34 Óbito					
Observações Interdisciplinar					
Assinaturas e Rubricas					

Versão:27.11.2011





Governo do Estado do Piauí
Secretaria de Segurança Pública
Delegacia Geral de Polícia Civil
SisBO - Sistema de Boletim de Ocorrência



BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº: 100203.001420/2019-91

Unidade de Registro: GERÊNCIA DE POLÍCIA ESPECIALIZADA

Resp. pelo Registro: Antonio Carlos Da Silva Leite

Data/Hora: 16/04/2019 - 08:31

DADOS DA OCORRÊNCIA

Unidade Policial Responsável

DELEGACIA DE REPRESSÃO AOS CRIMES DE TRÂNSITO

Tipo Local

VIA PÚBLICA

Município

TERESINA

Endereço

RUA B, Nº:

Complemento

Data/Hora

28/10/2018 - 00:05

Bairro

ANGELIM

Ponto de Referência

CENTRO DE SAÚDE

DADOS DOS PERSONAGENS ENVOLVIDOS

Nome: CELSO LUIS PEREIRA DA SILVA

RG: 704672 SSP/PI

Mãe: RAIMUNDA GOMES DA SILVA

Pai: JOSÉ PEREIRA DA SILVA

Endereço: RUA DOTA OLIVEIRA, Nº 598

Bairro: MONTE CASTELO

Cidade: TERESINA

Telefone(s): 86-9904-2044

Tipo Envolv.: VITIMA/Noticiante

NATUREZA(S) DA OCORRÊNCIA

Natureza(s) da Ocorrência

1 - Lesão corporal culposa no trânsito (Art. 303 do CTB).

RELATO DA OCORRÊNCIA

RELATA O NOTICIANTE QUE TRAFEGAVA PELA RUA B DO BAIRRO ANGELIM, CONDUZINDO A MOTOCICLETA DE MARCA HONDA/CG 125 FAN KS, ANO 2011, MODELO 2012, COR AMARELA, PLACA ODY-9570-PI, RENAVAN 379541297, PROPRIETÁRIO CELSO LUIZ PEREIRA DA SILVA, MOMENTO EM QUE TEVE SUA MOTOCICLETA COLIDIDA POR UMA OUTRA MOTOCICLETA NÃO IDENTIFICADA, A QUAL TRAFEGAVA PELA MESMA VIA SÓ QUE EM SENTIDO CONTRÁRIO E QUE O CONDUTOR DA MOTOCICLETA NÃO IDENTIFICADA, SEM MOTIVO APARENTE, EFETUOU A CONVERSÃO PARA A VIA EM QUE TRAFEGAVA O NOTICIANTE, CAUSANDO ASSIM O ACIDENTE, RELATA AINDA O MESMO QUE FOI SOCORRIDO POR UMA EQUIPE DO SAMU, CONFORME CHAMADO Nº 3979 E ENCAMINHADO AO HUT CONFORME PRONTUÁRIO MÉDICO Nº 492635, PELO QUE DÁ CONHECIMENTO E REQUER BO PARA FINS DE DIREITO.

Antonio Carlos Da Silva Leite - Mat. 0094897
AGENTE DE POLÍCIA

CELSO LUIS PEREIRA DA SILVA - Noticiante
Responsável pela Informação

Delegado de Polícia





HOSPITAL
DE URGÊNCIA
DE TERESINA

NOME DO PACIENTE: Adriana Luiz Pereira da Silva

NÚMERO DO PRONTUÁRIO: 4192635

PJ CORRETORA
DE SEGUROS

24 ABR 2019

DPVAT

SERVIÇO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICO - SAME
"O HOSPITAL SÓ EXPEDIRÁ CÓPIA DE PRONTUÁRIO UMA VEZ, CABENDO AO
INTERESSADO REPRODUZIR CÓPIAS NECESSÁRIAS
À SUA UTILIZAÇÃO".

Joana Luísa Mendes de Mesquita
Matrícula: 47390
SAME/HUT
CONFERE COM O ORIGINAL





**LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO
DE PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E OU MUDANÇA
DE PROCEDIMENTO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR**

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1-Nome do estabelecimento solicitante: HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT	2-CNES 5828856	Código da Internação:
3-Nome do estabelecimento executante: HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT	4-CNES 5828856	226661

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

5-Nome: CELSO LUIZ PEREIRA DA SILVA			6 - Prontuário: 492635
7-CNS: 702308109715018	8-Nascimento: 06/06/1966	9-Sexo: Masculino	CPF: 286.647.953-04
11-Mãe: RAIMUNDA GOMES DA SILVA			12-Fone: 86-99042-044
13-Resp: O MESMO			14-Fone: 86-99042-044
15-Ender: RUA DOTA OLIVEIRA N 598 - MONTE CASTELO - CEP: 64000-010			
16-Munic: TERESINA	17-Cod.IBGE: 221100	18-UF: PI	19-CEP: 64000-010

SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

31-Cod.Proced.Princip. 0408050624		30 - Procedimento Principal / Descrição: TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA SUPRACONDILEANA DO FÊMUR (METÁFISE DISTAL)		
31-Cod.Procedi- mento Especial 0702030821		32 - Descrição do Procedimento Especial: PLACA C/ PARAFUSO DESLIZANTE DE 95 GRAUS		Quant. Soli- cidata: 1
Fornecedor da OPM: BIOSINTESE				

38-Profissional Responsável: AYRANA SOARES AIRES	40-Tp. Documento: CPF	<i>Dra. Ayrana Soares Aires</i> Ortopedia e Traumatologia CRM-PI 9546 TEOD 13485
39-Data Solicitação: 08/11/2018	40-No.Doc. Med. Solic.: 669.742.673-04	

JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO

<i>Fratura Supracondileana de Fêmur @ Necessidade fixação intrac.</i>

AUTORIZAÇÃO


46 - Nome do Profissional Autorizador:	47-Data Autorização: / /	48-CNS/CPF:
51-Justificativa da 'NÃO' autorização:		49-Ass.Carimbo (Rg.Conselho)

50. Nome do Profissional/parecer controle de avaliação/auditoria	51-Data Autorização: / /	52-CNS/CPF: 101218
		53-Ass.Carimbo (Rg.Conselho)

(KARLA BATISTA)

Joana Luisa Mendes de Mesquita
Matrícula: 47390
SAME - HUT
CONFERE COM O ORIGINAL



LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO/AUTORIZAÇÃO HOSPITALAR	Nº LAUDO: 147964	
	AIH: 2218101817899	

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

ESTABELECIMENTO SOLICITANTE HOSPITAL DE URGENCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT	CNES 5828856
ESTABELECIMENTO EXECUTANTE HOSPITAL DE URGENCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT	CNES 5828856

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

CARTÃO SUS	NOME DO PACIENTE CELSON LUIZ PEREIRA DA SILVA	NASCIMENTO 06/06/1966	SEXO M	PRONTUÁRIO 492635
DOCUMENTO	CPF	TELEFONE	NOME DA MÃE RAIMUNDA GOMES DA SILVA	RESPONSÁVEL CELSON LUIZ PEREIRA DA SILVA
CEP	ENDEREÇO - LOGRADOURO			NUMERO / LOTE 598
BAIRRO MONTE CASTELO	COMPLEMENTO	MUNICÍPIO TERESINA	UF PI	

LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS

FRATURA EM MMII

CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADO DOS EXAMES REALIZADOS)

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CID 10 PRINCIPAL / DIAGNÓSTICO INICIAL S724 - FRATURA DA EXTREMIDADE DISTAL DO FEMUR	CID 10 SECUNDÁRIO	CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS
--	--------------------------	---------------------------------

PROCEDIMENTO SOLICITADO

COD/DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

0408050624 - TRATAMENTO CIRURGICO DE FRATURA SUPRACONDILÉANA DO FEMUR METAFISE DISTAL

LEITO/CLÍNICA ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA		PROFISSIONAL SOLICITANTE (ASSINATURA/CARIMBO(Nº DO CONSELHO)) ANDRÉ LEAL DE VASCONCELOS CPF: 00369513312 CRM:	
CARÁTER URGÊNCIA	DATA SOLICITAÇÃO 08/11/2018		
DATA ADMISSÃO 08/11/2018 18:07	DATA ALTA 10/11/2018 09:00	MOTIVO ALTA MELHORADO	

CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIA)

TIPO ACIDENTE	CNPJ SEGURADORA	Nº DO BILHETE	SÉRIE	CNPJ DA EMPRESA	CNAE EMPRESA	CBOR	NATUREZA DA LESÃO

AUTORIZAÇÃO

JUSTIFICATIVA DA "NÃO" AUTORIZAÇÃO

PROFISSIONAL AUTORIZADOR (ASSINATURA E CARIMBO(Nº DO CONSELHO)) HENRIQUE ALMEIDA FILHO CPF: 05509931334 CRM:	NOME DO PROFISSIONAL / PARÊCER CONTROLE AVALIAÇÃO / AUDITORIA DATA ANÁLISE: 08/11/2018 20:22
	CPF CRM DATA ANÁLISE

ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL:

Joana Luisa Mendes de Mesquita
Matrícula: 47390
SAME - HUT
CONFERE COM O ORIGINAL





LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO
DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

Identificação do Estabelecimento de Saúde

No. da Autorização de Internação Hospitalar (AIH)

226661

Nº 147964

1-Nome do estabelecimento solicitante:

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

2-CNES

5828856

Código da
Internação:

3-Nome do estabelecimento executante:

HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

4-CNES

5828856

226661

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

5-Nome: CELSO LUIZ PEREIRA DA SILVA

6 - Prontuário: 492635

7-CNS: 702308109715018

8-Nascimento: 06/06/1966

9-Sexo: Masculino

CPF: 286.647.953-04

11-Mãe: RAIMUNDA GOMES DA SILVA

12-Fone: 86-99042-044

13-Resp: O MESMO

14-Cor: Sem Informação

15-Ender: RUA DOTA OLIVEIRA N 598 - MONTE CASTELO - CEP: 64000-010

16-Munic: TERESINA

17-Cod.IBGE: 221100

18-UF: PI

19-CEP: 64000-010

JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

20 - Principais sinais e sintomas clínicos:

Paciente apresentando quadro de fratura
supracondiliana do fêmur (E)

21 - Condições que justificam a internação:

Necessidade de alto cuidado

22 - Principais resultados de provas diagnósticas (Resultado de exames realizados):

Rx Fratura grave do fêmur distal

23-Diagnóstico Inicial:

Fratura da extremidade distal do fêmur

24-CID Prin:

S724

25-CID Sec.:

26-CID C.Ass.:

PROCEDIMENTO SOLICITADO

28-Cod.Proced.: 27-Procedimento Solicitado:

0408050624

TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA SUPRACONDILIANA DO FÊMUR (METÁFISE DISTAL)

Tempo SUS
4

29-Clinica:

30-Caráter: Ident.:

02 01

31-Docum.:

CPF

32-Doc. Méd. Solic.:

669.742.673-04

33-Nome Profissional Solicitante/Assistente:

AYRANA SOARES AIRES

34-Data Solicitação:

08/11/2018

35-Ass. Carimbo Med.Sol. (CRM)

PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)

36- () Acidente de Trânsito

39-CNPJ Seguradora:

40-No.Bilhete:

41-Serie:

37- () Acidente Trabalho Típico

42-CNPJ Empresa:

43-CNAE Empresa:

44-CBOR:

38- () Acidente Trabalho Trajeto

45 - Vínculo com a Previdência:

() Empregado

() Empregador

() Autônomo

() Desempregado

() Aposentado

() Não Segurado

AUTORIZAÇÃO

46 - Nome do Profissional Autorizador:

47-Data Autorização:

48-Documento:

49-Num. Documento:

() CNS () CPF

51 - Assinatura Paciente ou Responsável:

10/12/18
M.
50-55512018
Carimbo (Rg.Conselho)
Matricula: 47390
SUS - HUT
CONSULTA SUS:
Impressão: 08/11/2018 18:05:50





centro cirúrgico

Diagnóstico pré-operatório Fratura Supracondilar de Fêmur (1)

Operação - Tipo *Fotografia de Pratos Platos Hotel*

Cirurgião Dra Ayrao

1º Assistente Dr. Marcos (R)

2° Assistente

3° Assistente

Instrumentador(a)

Anestesista

Dr. Raulino Filho
Médico Anestesiologista
CRM 474 CPF: 068.972.903-00

Anestesia

Anestésico(a)

Data da Operação

Inicio

Fim

Diagnóstico Pós-operatório

Relatório Imediato do Patologista

Acidente Durante a Operação

DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO
(Técnica, Ligadura, Suturas, Drenagem, Fechamento)

Probleti su DDH sa respiratorima.

② *Asplenium* + *Bryopsis* + *Coloclepa* & *Ceratophyllum*

③ Distinção de Fucos e Células e Fucose lateral em

also ⑤ + Disubstituted per Jan + Hendriks

④ Redução de Projetos de Pôrto Digital - Colaboração de

Pandanus DHS + Ploca + pandanus. ⑤ Reunión de Salom
(65) + Colocasia de brezo + Satureia plant. + Curatella

Dra. Ayrane Soares Aires
Ortopedia e Traumatologia
CIRURGIA DA COLUMNA VERTEBRAL
CRM-PI 3746 CRM-MA 9546 TEOT 13483

Joana Luísa Mendes de Mesquita
Matrícula: 47390
SAME - HUT
CONFERE COM O ORIGINAL

Mod. 76 HUT





PREFEITURA MUNICIPAL DE TERESINA

Fundação Municipal de Saúde

Fls. Nº _____

Proc. Nº _____

Rubrica _____

BOLETIM DE CONTROLE DE CENTRO CIRÚRGICO E OBSTÉTRICO

DATA 08/11/18

NOME DO PACIENTE:	Carlos Luiz Pereira de Silva	PRONTUÁRIO Nº:	492635
DIAGNÓSTICO:		CIRURGIA:	
ANESTESIA:	Raque	Nº DA SALA:	05
CIRURGIÃO:		CPF Nº:	
AUXILIAR:		CPF Nº:	
ANESTESIA:	Dr. Laurindo Raulino Filho	CPF Nº:	068972903-00
INSTRUMENTADORA:	Jack	CPF Nº:	068972903-00

MATERIAL DE CONSUMO

DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO	DISCRIMINAÇÃO	UNID.	QUANT.	PREÇO
AGULHA 25X8	UNID.	04		LÂMINA DE BISTURI	UNID.	02	
AGULHA 30X8	UNID.	04		LUVA Nº 7.0	PAR	02	
AGULHA 40X12	UNID.	04		LUVA Nº 7.5	PAR	04	
AGULHA RAQUE	UNID.	01		LUVA DE PROCEDIMENTO	PAR	18	
ALCOOL 70%	ML	200		PVPI DE GERMANTE	ML	300	
ALGODÃO	BOLA	—		PVPI TÓPICO	ML	200	
ÁGUA OXIGENADA	ML	200		PVPI TINTURA	ML	—	
COMPRESSA	PAC.	10		SERINGA 20CC	UNID.	04	
EQUIPO MACRO-GOTA	UNID.	01		SERINGA 10CC	UNID.	—	
ESPARADRAPO	CM	30		SERINGA 5CC	UNID.	04	
ESCALPE Nº	UNID.			SERINGA 3CC	UNID.		
FORMOL	ML			SORO FISIOLÓGICO	FRASCO	03	
GASES	PAC.	10		SONDA URETRAL	UNID.		
JELCO Nº 120	UNID.	01		Cocais		04	
FIOS	UNID.	QUANT.	PREÇO	OCCORRÊNCIA			
CAT. GUT. SIMPLES C/AG				Chludz		05	
CAT. GUT. SIMPLES S/AG				catita Os		01	
CAT. GUT. CROMADO C/AG				Cripe		04	
CAT. GUT. CROMADO S/AG				Luiz Eito G.T.		01	
ALCOFIL				Dr. S. S.			
MONONYLON		20					
FITA UMBILICAL				ENFERMARIA:			
VICRYL		0		CIRCULANTE			
PROLENE							

Georgio Luiz F. Pa.
Téc. Enfermagem
Luísa Mendes de Mesquita
Matricula 47390
SABE-HUT
COBAREN-PE: 686.187
CONFERE COM O ORIGINAL

MOD - 094





BIOSÍNTESE

Comércio e Importação de Material Médico
Hospitalar e Implantes Ltda. - EPP

MATRIZ

Rua Area Leão, 596 - Centro/Sul
Fone/Fax: (55 86) 3222-7366
CEP 64.001-310 • Teresina - Piauí
Insc. Est. nº 19.444.630-1
CNPJ nº 03.512.566/0001-90
biosintese@biosinteseprima.com.br

FILIAL

Av. dos Holandeses Q 33 - Salas 1003/1005/1009
Cond. Metropolitan Market Place • Calhau
CEP 65.071-380 • Fone: (55 98) 3227-0640
São Luís - Maranhão
Insc. Est. 12.310.276-6
CNPJ 03.512.566/0002-71
biosintese_ma@biosinteseprima.com.br

COMUNICAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS - ROPM

Nome do Hospital: HUT CX 0332-1

C.N.P.J. _____

Assinatura _____

Cargo _____

Nome: Valdo

Código Ropm N°	DESCRIÇÃO DO MATERIAL
	01 placa 950 (6 F.)
	com parafuso deslizante N° 65
	02 parafusos esponjosos
	04 parafusos corticais

Comunicamos ao Fornecedor acima que utilizamos o(s) material (is) aqui discriminado do paciente abaixo:

DATA DA UTILIZAÇÃO DO MATERIAL: 08/11/18 DATA DA ALTA / /

PACIENTE - Nome: Pelso Luiz Pereira da Silva

Nº AIH: _____

Nº do Prontuário: 492635 Data da Internação / /

Procedimento Médico Realizado: _____

Indicador de Compatibilidade: _____

MÉDICO RESPONSÁVEL - Nome: Dra. A. Ayres Soares


Joana Luiza Mendes de Mesquita
Matrícula: 47390

SAME - HUT

CONFERE COM O ORIGINAL

CRM Nº _____



LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE INTERNAÇÃO/AUTORIZAÇÃO HOSPITALAR	Nº LAUDO: 144416	
	AIH: 2218101810562	

IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

ESTABELECIMENTO SOLICITANTE HOSPITAL DE URGENCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT	CNES 5828856
ESTABELECIMENTO EXECUTANTE HOSPITAL DE URGENCIA DE TERESINA PROFESSOR ZENON ROCHA - HUT	CNES 5828856

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

CARTÃO SUS	NOME DO PACIENTE CELSON LUIZ PEREIRA DA SILVA	NASCIMENTO 06/06/1966	SEXO M	PRONTUÁRIO 492635
DOCUMENTO	CPF	TELEFONE	NOME DA MÃE RAIMUNDA GOMES DA SILVA	RESPONSÁVEL CELSON LUIZ PEREIRA DA SILVA
CEP	ENDEREÇO - LOGRADOURO			NUMERO / LOTE 598
BAIRRO MONTE CASTELO	COMPLEMENTO	MUNICÍPIO TERESINA	UF PI	

LAUDO TÉCNICO E JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO

PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS
FRATURA EM MMII

CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO

PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADO DOS EXAMES REALIZADOS)

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

CID 10 PRINCIPAL / DIAGNÓSTICO INICIAL S723 - FRATURA DA DIAFISE DO FEMUR	CID 10 SECUNDÁRIO	CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS
--	-------------------	--------------------------

PROCEDIMENTO SOLICITADO

COD/DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO

0408050519 - TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA DIAFISE DO FEMUR

LEITO/CLÍNICA
ORTOPEDIATRAUMATOLOGIA

PROFISSIONAL SOLICITANTE (ASSINATURA/CARIMBO(Nº DO CONSELHO))

CARÁTER
URGÊNCIA

DATA SOLICITAÇÃO
28/10/2018

ANDRÉ LÉAL DE VASCONCELOS
CPF: 00369513312

CRM:

DATA ADMISSÃO
28/10/2018 01:31

DATA ALTA
08/11/2018 18:07

MOTIVO ALTA
PERMANÊNCIA POR REOPERAÇÃO

CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIA)

TIPO ACIDENTE	CNPJ SEGURADORA	Nº DO BILHETE	SÉRIE	CNPJ DA EMPRESA	CNAE EMPRESA	CBOR	NATUREZA DA LESÃO

AUTORIZAÇÃO

JUSTIFICATIVA DA "NÃO" AUTORIZAÇÃO

PROFISSIONAL AUTORIZADOR (ASSINATURA E CARIMBO(Nº DO CONSELHO))

NOME DO PROFISSIONAL / PARECER CONTROLE AVALIAÇÃO / AUDITORIA

TANIA MOREIRA ÁREA LÉAL
CPF: 47061359315

CRM:

DATA ANÁLISE: 28/10/2018 08:54:04

CPF

CRM

DATA ANÁLISE

ASSINATURA DO PACIENTE OU RESPONSÁVEL:

Joana Luísa Mendes de Mesquita
Matrícula: 47390
SAME - HUT
CONFERE COM O ORIGINAL



**LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO
DE PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E OU MUDANÇA
DE PROCEDIMENTO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR**

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1-Nome do estabelecimento solicitante: HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT	2-CNES 5828856	Código da Internação: 225944
3-Nome do estabelecimento executante: HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT	4-CNES 5828856	

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

5-Nome: CELSO LUIZ PEREIRA DA SILVA	6 - Prontuário: 492635
7-CNS: 702308109715018	8-Nascimento: 06/06/1966
9-Sexo: Masculino	CPF: 286.647.953-04
11-Mãe: RAIMUNDA GOMES DA SILVA	12-Fone: 86-99042-044
13-Resp: O MESMO	14-Fone: 86-99042-044
15-Ender: RUA DOTA OLIVEIRA N 598 - MONTE CASTELO - CEP: 64000-010	
16-Munic: TERESINA	17-Cod.IBGE: 221100
	18-UF: PI
	19-CEP: 64000-010

SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTOS ESPECIAIS

31-Cod.Proced.Princip. 0408050624	30 - Procedimento Principal / Descrição: TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA SUPRACONDILEANA DO FÊMUR (METÁFISE DISTAL)
31-Cod.Procedi- mento Especial 0702030406	32 - Descrição do Procedimento Especial: FIXADOR EXTERNO LINEAR
Fornecedor da OPM: PIMES - NF: nf	
Quant. Soli- cidata: 1	

38-Profissional Responsável: ANDRÉ LEAL DE VASCONVELOS	40-Tp. Documento: CPF
39-Data Solicitação: 28/10/2018	40-No.Doc. Méd. Solic.: 003.695.133-12

JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO

- Dor e deformidade de coxa E.

AUTORIZAÇÃO

46 - Nome do Profissional Autorizador:	47-Data Autorização:	48-CNS/CPF:
51-Justificativa da 'NÃO' autorização:		
50. Nome do Profissional/parecer controle de avaliação/auditoria	51-Data Autorização:	52-CNS/CPF:
		14046 Martins S. Moura Marcondes Auditor - FMS - Teresina 28/10/2018 - CNS 17526335120001
		53-Data Autorização: 28/10/2018

Joana Luísa Mendes de Mesquita
Matrícula: 47390
SAME - HUT
CONFERE COM O ORIGINAL





**LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO
DE PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E OU MUDANÇA
DE PROCEDIMENTO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR**

Identificação do Estabelecimento de Saúde

1-Nome do estabelecimento solicitante: HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT	2-CNES 5828856	Código da Internação: 225944
3-Nome do estabelecimento executante: HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT	4-CNES 5828856	

IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

5-Nome:	CELSO LUIZ PEREIRA DA SILVA			6 - Prontuário:	492635
7-CNS:	702308109715018	8-Nascimento:	06/06/1966	9-Sexo:	Masculino
				CPF:	286.647.953-04
11-Mãe:	RAIMUNDA GOMES DA SILVA			12-Fone:	86-99042-044
13-Resp:	O MESMO			14-Fone:	86-99042-044
15-Ende:	RUA DOTA OLIVEIRA N 598 - MONTE CASTELO - CEP: 64000-010				
16-Munic:	TERESINA	17-Cod.IBGE:	221100	18-UF:	PI
				19-CEP:	64000-010

SOLICITAÇÃO DE MUDANÇA DE PROCEDIMENTO

19-Cod. Procd.Anterior 0408050519	18 - Procedimento Principal Anterior / Descrição TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA DA DIÁFISE DO FÊMUR		
21-Cod. Mudança Procd. 0408050624	20 - Mudança de Procedimento / Descrição TRATAMENTO CIRÚRGICO DE FRATURA SUPRACONDILEANA DO FÊMUR (METÁFISE DISTAL)		
27-CID Prim: S724	26-Diagnóstico: Fratura da extremidade distal do fêmur	28-CID Sec: S724	29-CID Terci: S724

38-Profissional Responsável: ANDRÉ LEAL DE VASCONVELOS	40-Tp. Documento: CPF	
39-Data Solicitação: 28/10/2018	40-No.Doc. Méd. Solic.: 003.695.133-12	

JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO

Paciente vítima de acidente de trânsito apresentando trauma + fratura em fêmur E

AUTORIZAÇÃO

46 - Nome do Profissional Autorizador:	47-Data Autorização: / /	48-CNS/CPF:
51-Justificativa da 'NÃO' autorização:		
		49-Ass.Carimbo (Rg.Conselho)
50. Nome do Profissional/parecer controle de avaliação/auditoria	51-Data Autorização: / /	52-CNS/CPF: Marcelo Martins S. Moura Médico Auditor - FMS - Teresina 5928856-1-0001 CNS 17026395120001
		53-Ass.Carimbo (Rg.Conselho)

(ANA QUEIROZ)

Joana Luísa Mendes de Mesquita
Matrícula: 47390
SAME - HUT
CONFERE COM O ORIGINAL





PIMMES - Piauí Material Médico Especializado Ltda
ESPECIALIDADES: TRAUMA, MEDICINA ESPORTIVA, PRÓTESES
COLUNA, BIOMATERIAIS, NEURO E ORTOPÉDICA.
Avenida Campos Sales, 1875 - Telefone: (86) 3222-4458
CEP: 64000-300 • Teresina-Piauí
C.N.P.J (MF) 07475148/0001-21

COMUNICAÇÃO DE UTILIZAÇÃO DE ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS - ROPM

PACIENTE - Nome: Carlos Luiz Pereira da Silva
Nº AIH: _____
Nº do Prontuário: 492635 **Data da Internação:** / /
Procedimento Médico Realizado: _____
Indicador de Compatibilidade: _____

MÉDICO RESPONSÁVEL - Nome: _____
CRM Nº _____ **CPF Nº** _____

DATA DA UTILIZAÇÃO DO MATERIAL: 28 / 10 / 18 **DATA DA ALTA:** / /

Código Ropm Nº	DESCRIÇÃO DO MATERIAL (Nome, Espécie, Modelo, Tipo, Nº de Série, Etc...)
	<u>Fixador Tubo a Tubo.</u>
	<u>4 Barras (2 longas / 2 curtas)</u>
	<u>6 conectores (5 simples) / 1 duplo</u>
	<u>3 conectores duplos</u>

Comunicamos ao Fornecedor acima que utilizamos o (s) material (is) aqui discriminado do paciente retro citado.

Teresina 28 de outubro de 2018
Nome do Hospital: HUT

C.N.P.J: _____

Assinatura: _____

Cargo: _____

Nome: _____

André Luiz de Vasconcelos
Ortopedia e Cirurgia da Mão
TEO 1385-7 CRM - PI 4803

Joana Luísa Mendes de Mesquita
Médica: 47390
SAMT - HUT
CONFERE COM O ORIGINAL



CELSONO, LUIZ PEREIRA DIHOSPITAL DO MONTE CASTELO CELSONO, LUIZ PEREIRA DIHOSPITAL DO MONTE CASTELO
 053Y M MC6899 12/06/2019 053Y M MC6899 12/06/2019 053Y M MC6899 12/06/2019
 Nasc: 06/06/1966 10:07:31 Nasc: 06/06/1966 10:08:47 Nasc: 06/06/1966 10:11:27
 FEMUR,FRN FEMUR,FRN FEMUR,FRN FEMUR,LAT
 LOW_EXM LOW_EXM LOW_EXM LOW_EXM
 2136 X 1203 2129 X 1169 2136 X 1230



W: 1023 L: 511 38.21% W: 1023 L: 511 39.32% W: 1023 L: 511 37.53%



HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

LAUDO MÉDICO

Paciente: **CELSO LUIZ PEREIRA DA SILVA** (Prontuário: 492635)
Endereço: RUA DOTA OLIVEIRA N 598 - MONTE CASTELO - TERESINA - PI CEP: 64000-010
Nascimento: 06/06/1966 Idade: 52a4m24d Sexo: Masculino Origem: URGÊNCIA/EMERG Atendimento: 691212
Requisição: 887131 Solicitação: 28/10/2018 Solicitante: FABIO MARCOS DE SOUSA
Controle: 1099693 Convênio: S U S

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0204060117

Data Exame: 28/10/2018

COXA ESQUERDA

O estudo radiológico da coxa esquerda foi realizado nas incidências em pa/perfil. os seguintes aspectos foram observados:

- FRATURA COMINUTIVA NA DIÁFISE DISTAL DO FÊMUR.

(JOAO ANTONIO)

TERESINA - PI 30/10/2018

ELIANE RODRIGUES MENDES

CPF: 261.144.103-00 CRM-PI 2710

Profissional Responsável



Joana Luisa Mendes de Mesquita
Matricula: 47390
SAME HUT
CONFERE COM O ORIGINAL





HOSPITAL DE URGÊNCIA DE TERESINA - HUT

Rua Dr. Otto Tito 1820 Redenção - Fone: 86 3218 5445

TERESINA-PI CEP: 64017-770 CNPJ: 05.522.917/0022-02

Imp: 1 de 1

LAUDO MÉDICO

Paciente: **CELSON LUIZ PEREIRA DA SILVA** (Prontuário: 492635)
Endereço: RUA DOTA OLIVEIRA N 598 - MONTE CASTELO - TERESINA - PI CEP: 64000-010
Nascimento: 06/06/1966 Idade: 52a5m1d Sexo: Masculino Origem: INTERNAÇÃO Atendimento: 225944
Requisição: 889893 Solicitação: 07/11/2018 Solicitante: PAULO HENRIQUE LOPES PESSOA FILHO
Controle: 1103305 Convênio: S U S CLINICA ORTOPEDICA - P11 ENFERMARIA 230 LEITO 223

RELATÓRIO:

Cod. SIA: 0206030029

Data Exame: 07/11/2018

T.C. DE JOELHO ESQUERDO

O EXAME TOMOGRÁFICO COMPUTADORIZADO DO JOELHO REALIZADO COM CORTES AXIAIS EM PADRÃO DUPLO HELICOIDAL COM ESPESSURA DE 2,0MM, USANDO FILTROS DE ALTA RESOLUÇÃO E DE ALTA DEFINIÇÃO ÓSSEA.

- FRATURA COMINUTIVA COM COMPROMETIMENTO ARTICULAR, NA PORÇÃO DISTAL DO FÊMUR.
- FRATURA COMINUTIVA COMPROMETENDO O PLATÔ TIBIAL LATERAL E AS EMINÊNCIAS INTERCONDILIANAS.
- HEMOARTROSE DE MODERADO VOLUME.
- AUMENTO DE VOLUME DE PARTES MOLES.

(JOAO ANTONIO)

TERESINA - PI 07/11/2018

JOELSON OLIVEIRA MOREIRA

CPF: 335 029 603-30 CRM 2353

Profissional Responsável



Joana Luísa Mendes de Mesquita
Matrícula: 47390
SAME - HUT
CONFERE COM O ORIGINAL





FEPISERH
Fundação Estadual Piauiense
de Serviços Hospitalares

SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DO PIAUÍ
HOSPITAL GETÚLIO VARGAS
Av. Frei Serafin, 2352-Centro
CEP:64.001-000 Teresina-PI,
CNPJ:06.553.564/0104-43



RECEITUÁRIO

Nome: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Hecho para os devidos fins
que o paciente acima referido
foi vítima de acidente automobilístico
de 28/10/18, evoluindo com fratura
do fêmur distal
Apresenta lesões de grau
de 50% da ADM do fêmur
superior.

Data: 26, 08, 19
MOD. 60-HGV

Médico (assinatura e carimbo)

Dr. Ayraúza Soares Aires
Ortopedia e Traumatologia
Cirurgia da Coluna Vertebral
CRM - PI 3746 / CBO 364 9546



PETIÇÃO INICIAL.





CASTUS ADVOCACIA

Advogados Associados

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DA _____ VARA
CÍVEL DA COMANCA DE TERESINA – PI

CELSO LUIZ FERREIRA DA SILVA, Brasileiro, Divorciado, inscrito sob RG n. 5.009.674-SSPPI e CPF sob o nº 035.878.183-39, residente e domiciliado na Rua Tem. Dota de Oliveira, nº 598, Bairro: Monte Castelo, CEP 64.016-210, nesta Capital do Estado do Piauí, intermediado por seu mandatário *in fine* subscrito, mediante instrumento procuratório acostado nos autos da inicial, **DANÚBIO AUGUSTO MARQUES CARVALHO, OAB/PI: 14.792**, com endereço profissional à Av. Joaquim Nelson, Ed. Adelaide, nº 3585, Sala 104, CEP 64076-225, Bairro Dirceu em Teresina – Piauí – Tel. (086) 3235-5715, e endereço eletrônico castusadv@gmail.com., onde, em atendimento à diretriz do art. 106, inc. I, do Novo Código de Processo Civil, indica-o para as intimações necessárias, vêm mui respeitosamente à presença de Vossa Excelência propor a presente;

AÇÃO E COBRANÇA DE SEGURO DPVAT

em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO S. A.**, CNPJ 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro- RJ, CEP.: 20031-205; pelas razões que passa a expor:



Assinado eletronicamente por: DANUBIO AUGUSTO MARQUES CARVALHO - 02/08/2018 18:04:40
<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18080218044036500000002986183>
Número do documento: 18080218044036500000002986183

Num. 3076154 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: DANUBIO AUGUSTO MARQUES CARVALHO - 17/10/2019 16:48:28
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19101716482810700000006484981>
Número do documento: 19101716482810700000006484981

Num. 6783558 - Pág. 1



CASTUS ADVOCACIA

Advogados Associados

PRELIMINARMENTE

DA JUSTIÇA GRATUITA

Observando a situação atual do requerente que encontra-se atualmente desempregado e sem rendimentos, não estando em condições de demandar sem prejuízo do seu sustento, requer, que Vossa Excelência, com base no preceito inscrito no artigo 98 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, se digne a deferir a benesse da gratuidade da justiça à parte ora requerente. Para o fim especificamente visado, a parte ora requerente, no particular, por seu procurador, ao fim assinado, declara que sua situação econômica não lhe permite vir a Juízo sem prejuízo da sua manutenção ou de sua família então vejamos:

“Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça, na forma da lei”.

Em decorrência do acidente sofrido o mesmo encontra-se sem capacidade laboral e por trabalhar de forma autônoma não percebe nenhum auxílio do INSS.

I - DOS FATOS

No dia 28 de Outubro de 2018, infelizmente aconteceu um acidente de trânsito onde o autor colidiu com outra motocicleta não identificada a qual trafegava na mesma via porém, em sentido contrário e efetuou sem motivo, a conversão para a via que estava o autor ocasionando o acidente, fatos estes, devidamente comprovados no teor do Boletim de Ocorrência da Polícia Civil, Serviço de Atendimento SAMU, Ficha de Internação do Hospital de Urgência de Teresina HUT, e principalmente constatado pela **Dra. AYRANA SOARES AIRES (ORTOPEDISTA), CRM 3746-PI E CRM 9546-MA** no **LAUDO DE EXAME PERICIAL**, ocasionou incapacidade permanente em virtude do acidente de tráfego.

Por tudo exposto, o autor vindo a tomar ciência da negativa de pagamento do seguro administrativamente, e entendendo que ainda é cabível a busca dos seus direitos, vem perante esse juízo, esperando ser devida e completamente indenizado, na forma do Art. 3º, inciso II, da Lei nº 6.194/74, com redação dada pela Lei nº 11.482/2007, dispositivo que fixa a referida indenização no valor de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).



Assinado eletronicamente por: DANUBIO AUGUSTO MARQUES CARVALHO - 02/08/2018 18:04:40
<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18080218044036500000002986183>
Número do documento: 18080218044036500000002986183

Num. 3076154 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: DANUBIO AUGUSTO MARQUES CARVALHO - 17/10/2019 16:48:28
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19101716482810700000006484981>
Número do documento: 19101716482810700000006484981

Num. 6783558 - Pág. 2



CASTUS ADVOCACIA

Advogados Associados

Como comprovada cristalinamente a deformidade permanente, a via judicial se faz necessário para que Vossa Excelência determine que a seguradora ora requerida pague a indenização referente ao seguro obrigatório DPVAT, notadamente de acordo como determina a lei 11.482/2007.

II - DO DIREITO

O art. 3º da lei nº. 6.194/74, com redação dada pela Lei nº 11.482/2007, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementar, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)
- no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

Foi dada entrada em pedido administrativo junto a seguradora porém, foi negado. A justificativa apresentada pela seguradora para a negativa do pagamento referente a indenização, é o atraso do veículo automotor porém, como já comprovado dos autos o segurado estava adimplente com a documentação veicular no data do acidente, sendo que o mesmo ocorreu no dia 28/10 e o autor estava segurado até dia 31/10 quando vencia o documento vigente a época.

Os documentos anexados nesta vestibular provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito e que o mesmo constituía a qualidade de segurado, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado



Assinado eletronicamente por: DANUBIO AUGUSTO MARQUES CARVALHO - 02/08/2018 18:04:40
<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1808021804403650000002986183>
Número do documento: 1808021804403650000002986183

Num. 3076154 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: DANUBIO AUGUSTO MARQUES CARVALHO - 17/10/2019 16:48:28
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19101716482810700000006484981>
Número do documento: 19101716482810700000006484981

Num. 6783558 - Pág. 3



CASTUS ADVOCACIA

Advogados Associados

mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

OS DOCUMENTOS APRESENTADOS FAZEM PROVAS SUFICIENTES DA INCAPACIDADE DO REQUERENTE E DA SUA QUALIFICAÇÃO COMO SEGURADO, DEVENDO SER RECONHECIDO O DIREITO A INDENIZAÇÃO, COM JUROS A PARTIR DA CITAÇÃO, E CORREÇÃO MONETÁRIA A PARTIR DA ENTRADA EM VIGOR DA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 340, OU SEJA, A PARTIR DO DIA 29/12/2006, DATA QUE OS VALORES FORAM CONGELADOS E A PARTIR DAÍ, NUNCA TIVERAM REAJUSTE.

Além do Boletim de Ocorrência, outros documentos juntados pela parte autora, corroboram a veracidade das declarações expostas no BO. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Note Excelência, que a parte autora cumpriu o determinado pelo Artigo 373, II do Código de Processo Civil, pois junta documentos comprovando suas alegações (BOLETIM DE OCORRÊNCIA), conforme art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a, além da documentação médica hospitalar e do comprovante de pagamento do veículo, portanto, a mera negativa administrativa e alegações da seguradora, não podem ser admitidas.

É dever da Seguradora Requerida, cumprir com o determinado pelo art. 373, II do CPC, que diz que ao réu incumbe o ônus da prova, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS

O advogado - em consonância com o art. 133 da Constituição Federal, bem como, com o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil - é indispensável à administração da justiça, sendo a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos Juizados Especiais sua atividade privativa, tendo direito assegurado aos honorários convencionados, fixados por arbitramento e os de sucumbência.

“Art. 22 - A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionais, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência.”



Assinado eletronicamente por: DANUBIO AUGUSTO MARQUES CARVALHO - 02/08/2018 18:04:40
<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18080218044036500000002986183>
Número do documento: 18080218044036500000002986183

Num. 3076154 - Pág. 4



Assinado eletronicamente por: DANUBIO AUGUSTO MARQUES CARVALHO - 17/10/2019 16:48:28
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19101716482810700000006484981>
Número do documento: 19101716482810700000006484981

Num. 6783558 - Pág. 4



CASTUS ADVOCACIA

Advogados Associados

Neste passo, os honorários de sucumbência são devidos a título de gratificação, pelo motivo da boa atuação do advogado na defesa dos interesses da parte vencedora. Quanto mais o empenho dele tiver nexos com o resultado do processo, há de se convir que maior seja a verba honorária.

Pois bem, percebe-se que o zelo profissional dos patronos desta demanda é satisfatório, uma vez que tentam por todos os meios legais - munidos de direito para respaldar o pleito - a procedência da presente ação de indenização, no fito de aliviar a dor da parte autora, de acordo com a função social do advogado e respeito à ética profissional.

Art. 20 - A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios (...).

§ 1º - O juiz, ao decidir qualquer incidente ou recurso, condenará nas despesas o vencido. (...)

§ 3º - Os honorários serão fixados entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atendidos:

III - DO PEDIDO

Cunctis Expositae, o Requerente requer a Vossa Excelência o que segue:

a) A concessão da justiça gratuita, haja vista o Requerente não tem condições de arcar com as despesas processuais, sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Para tanto, fulcro no art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal e o art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 1.060/50, cominada com artigo 98 do novo CPC.

b) Que Vossa Excelência designe data para realização de Audiência de Conciliação, expedindo-se o competente mandado de citação ao Réu no endereço fornecido pelo autor, citação essa que deverá ser por correios com aviso de recebimento (AR), nos termos dos Art. 246, inciso I e 247, do CPC, para nela comparecer, caso queira, apresentar contestação no prazo legal, sob pena de confissão e revelia;

c) Requer a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova



Assinado eletronicamente por: DANUBIO AUGUSTO MARQUES CARVALHO - 02/08/2018 18:04:40
<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18080218044036500000002986183>
Número do documento: 18080218044036500000002986183

Num. 3076154 - Pág. 5



Assinado eletronicamente por: DANUBIO AUGUSTO MARQUES CARVALHO - 17/10/2019 16:48:28
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19101716482810700000006484981>
Número do documento: 19101716482810700000006484981

Num. 6783558 - Pág. 5



CASTUS ADVOCACIA

Advogados Associados

pericial, tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora Requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e alcançando assim, a almejada justiça;

d) Se eventualmente pelos motivos elencados em lei, for decretada a revelia da Seguradora Requerida, requer seja aplicada a teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar as despesas com a produção da prova pericial, condenando a Ré a arcar com os honorários periciais, arbitrados por Vossa Excelência, que deverão ser pagos ao final do processo, pois não pode o estado arcar com tal ônus por desídia da Seguradora, também não pode a mesma beneficiar-se da própria torpeza (haja vista que se for o Estado incumbido de tais despesas, a seguradora estaria sendo premiada por ser revel, o que não é admissível);

e) Que julgue a presente Ação TOTALMENTE PROCEDENTE, reconhecendo o direito a indenização, e determine que a seguradora pague tal indenização referente ao SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT com juros a partir da citação, e CORREÇÃO MONETÁRIA com o índice INPC, a partir da data em que entrou em vigor a medida provisória nº 340/2006 que alterou o valor da indenização e fixou em até **R\$ 13.500,00**, ou seja, dia 29/12/2006 (a partir daqui, esse valor ficou fixo e não houve reajuste ou correção);

f) A condenação da Requerida no pagamento das custas e demais despesas processuais, bem como no pagamento dos honorários advocatícios.

g) Protesta e requer, ainda, provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidas, principalmente pela juntada posterior de outros documentos, pericial, testemunhal, devendo ainda, o Requerido colacionar aos autos os documentos necessários para o desenrolar da questão, por ser de direito e de justiça;

Dá-se a presente causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), apenas para fins de alçada.

Nestes termos,
Pede deferimento,

Teresina – PI, 10 de Outubro de 2019.

DANÚBIO AUGUSTO MARQUES CARVALHO
OAB-PI 14.792 Advogado



Assinado eletronicamente por: DANUBIO AUGUSTO MARQUES CARVALHO - 02/08/2018 18:04:40
<https://tjpi.pje.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=18080218044036500000002986183>
Número do documento: 18080218044036500000002986183

Num. 3076154 - Pág. 6



Assinado eletronicamente por: DANUBIO AUGUSTO MARQUES CARVALHO - 17/10/2019 16:48:28
<http://tjpi.pje.jus.br:80/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19101716482810700000006484981>
Número do documento: 19101716482810700000006484981

Num. 6783558 - Pág. 6



CASTUS ADVOCACIA

Advogados Associados

PROCURAÇÃO

=====

OUTORGANTE: CELSO LUIZ FERREIRA DA SILVA, Brasileiro, Divorciado, inscrito sob RG n. 5.009.674-SSPPI e CPF sob o nº 035.878.183-39, residente e domiciliado na Rua Tem. Dota de Oliveira, nº 598, Bairro: Monte Castelo, CEP 64.016-210, nesta Capital do Estado do Piauí.

OUTORGADO: DANÚBIO AUGUSTO MARQUES CARVALHO, Brasileiro, Casado, advogado, inscrito na OAB/PI, sob o número 14.792 e Bel. **LUIZ HENRIQUE NUNES DE ALENCAR**, com RG nº 2.780.696-SSPPI, e CPF nº 034.489.613-70, residente e domiciliado na cidade de Teresina – PI, com escritório na Avenida Joaquim Nelson, nº 3585, Sala 104, no Bairro Dirceu II.

PODERES: pelo presente instrumento o outorgante confere ao outorgado amplos poderes para o foro em geral, com cláusula "ad-judicia et extra", em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito, as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para receber citação inicial, confessar, e conhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, podendo agir em Juízo ou fora dele, assim como substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, para agir em conjunto ou separadamente com o substabelecido.

Teresina – PI, 08 de outubro de 2019.

CELSO LUIZ FERREIRA DA SILVA
OUTORGANTE

Av. Joaquim Nelson, Ed. Adelaide, nº 3585, Sala 104, CEP 64076-225, Bairro Dirceu em Teresina – Piauí – Tel. (086) 3235-5715, 98813-5909, 98868-5022, 98855-9137 e 99504-0376



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

CELSO LUIZ PEREIRA DA SILVA

DOC IDENTIDADE/ORG EMISSOR
704672 SSP PI

CPF
286.647.953-04

DATA NASCIMENTO
06/06/1966

FILIAÇÃO
JOSE PEREIRA DA SILVA
RAIMUNDA GOMES DA SILVA

PERMISSÃO
ACD
CAT HAB
AD

Nº REGISTRO
04158433529

VALIDADE
08/10/2019

1ª HABILITAÇÃO
16/01/1985

OBSERVAÇÕES

celso Luiz Pereira da Silva
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
TERESINA, PI

DATA DE EMISSÃO
28/08/2017

ARAC MARTINS DE REGO LORÃO
ASSINATURA DO EMISSOR

06446336795
PI319413240


PIAUI

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1538767607

PROIBIDO FALSIFICAR
1538767607

PJ CORRETORA
DE SEGUROS
24 ABR 2019
DPVAT





COMPANHIA ENERGÉTICA DO PIAUÍ
 Av. Maranhão 759 - Centro/Sul - Teresina - PI
 CNPJ: 06.840.748/0001-09 | Ins. Estadual: 19.301.383-5
 Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica - Sério B-1
 Regime especial de Impresão autorizada pela SEFAZ/PA/06/98

CONTA MÊS
FEVEREIRO/2019
VENCIAMENTO
19/03/2019

SÉRIO MURILLO PEREIRA DA SILVA
 R. TEN DOTA DE OLIVEIRA 598 598
 CPF: 00043278574320
MONTE CASTELO

DADOS DA LEITURA

Atual	Anterior	Constante de Multiplicação	Consumo Medido	Consumo Faturado	Forma de Faturamento
833	471	1,000	362	362	NORMAL - BASES DA UNIDADE CONSUMIDORA

DATA DE FATURAMENTO
 17/03/2019

DATA DE VENCIMENTO
 19/03/2019

Consumo (kWh)
 362

TOTAL A PAGAR (R\$)
 373,83

Nº da Nota Fiscal
 017991053

Para contato
 conheça, informe
 esse número

SERVIÇO
 0020923-6

PARABENS!
 Até o dia 18/02/2019, não constamos faturas vendidas
 nessa Unidade Consumidora.

NOTIFICAÇÃO DE REAVISO DE VENCIMENTO / MENSAGEM

COMPARAÇÃO DE CONSUMO

Mês/ano consumo	Consumo
JAN/19	0
FEV/19	0
MAR/19	0
ABR/19	0
MAY/19	0
JUN/19	0
JUL/19	0
AGO/19	0
SET/19	0
OCT/19	0
NOV/19	0
DEZ/19	0
JAN/20	0

CONSUMO
 362 A R\$ 0,957855 = 346,74
 CONTR. ILUMINACAO PUB. (COSIP) 27,09

COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$

Distribuição	Energia	Transmissão	Encargos	Tributos
3572,87	65,15	125,90	21,31	93,61

IMPOSTOS/IMBUTOS - R\$

Alíquota ICMS	Valor do ICMS	Valor do PIS	Valor do COFINS
13,41%	346,74	27,00%	93,61

COMPOSIÇÃO DA CONTA - R\$

Reservado	Reservado
5,31	0,00

Reservado
 0,00